



CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº PR2023.03/CLHO-00303

PARECER Nº 231/2023/CGM

UNIDADE EMITENTE: COORDENADORIA ESPECIAL DE ORGANIZAÇÃO, EXECUÇÃO E
CONTROLE

EMENTA: PR2023.03/CLHO-00303 – ASSUNTO GERAL: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA COLETA, TRANSPORTE, ARMAZENAMENTO, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DO LIXO HOSPITALAR. INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. ANÁLISE DA FASE INTERNA PELA CGM DE COELHO NETO-MA: *REGULAR*.

I – RELATÓRIO

Vem a esta Controladoria Geral do Município o processo **PR2023.03/CLHO-00303**, interessado: **Secretaria Municipal de Saúde**, cujo objeto é Contratação De Empresa Especializada Na Coleta, Transporte, Armazenamento, Tratamento E Destinação Final Do Lixo Hospitalar, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, para exame dos aspectos técnicos e formais da fase interna.

Assim sendo, o Órgão de Controle Interno do Município de Coelho Neto, atendendo ao que determina o art. 74. da Constituição Federal de 1988, bem como as competências abrangidas pela Lei Municipal nº 773, de 07 de março de 2022, especialmente no seu artigo 41, inciso I, que diz “*realizar o controle contábil, financeiro, orçamentário, operacional e patrimonial das entidades da Administração Direta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, razoabilidade, aplicação das subvenções e renúncias de receitas*”, e os incisos X e IX, que preconizam respectivamente “*examinar os atos administrativos praticados e as obrigações assumidas pelo Município que derem origem à despesa*” e “*realizar auditorias técnicas e administrativas objetivando o controle legal, de mérito e técnico*”, apresenta a análise e a respectiva manifestação, conforme a seguir.

II – ANÁLISE

A análise realizada por esta unidade de controle interno municipal visa o controle e verificação da formalização dos atos. Assim, o aludido processo encontra-se instruído com as peças listadas na seção Formalização.

III – FORMALIZAÇÃO

Os autos encontram-se formalizados até a presente data com a documentação a seguir, com análise realizada por esta Controladoria embasada no art. 38 da Lei nº 8.666/93, Lei 10.520/2002 e artigo 8º do Decreto 10.024/2019:

- Abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado sob o número **PR2023.03/CLHO-00303**;
- Solicitação de abertura de licitação pela Secretaria Municipal de Saúde com a especificação do objeto e quantidades demandadas;
- Termo de Referência;
- Solicitação de Cotação de Preços;
- Propostas de Preço;
- Planilha de preço médio;
- Indicação de existência e fonte de recurso para a despesa (dotação orçamentária);
- Despacho da Controladoria Geral do Município pela continuidade;
- Autorização para contratação, aprovação do termo de referência e declaração de adequação orçamentária e financeira;
- Minuta do edital e anexos (Anexo I – Termo de referência, Anexo II – Modelo de Proposta de Preços, Anexo III – Minuta da Ata de Registro de Preços e Anexo IV – Minuta de Contrato);
- Parecer da Procuradoria Geral do Município nº 0080/2023, no qual aprova a minuta do edital e anexos;
- Pedidos de Impugnação do edital apresentados pelas empresas BITAL AMBIENTAL e GRUPO SN AMBIENTAL;
- Julgamentos dos pedidos de impugnação;
- Ata de suspensão;
- Nova minuta do edital e seus anexos com as alterações solicitadas;
- Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Município no qual aprova a Minuta do Edital;
- Despacho da Controladoria Geral do Município solicitando ao gestor esclarecimentos acerca das alterações realizadas na Minuta do Edital após o julgamento das impugnações apresentadas;
- Nova minuta do Edital e anexos com alterações;
- Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Município no qual aprova a minuta do edital e de contrato após alterações motivadas pelos pedidos de impugnação apresentados;



CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

- Avisos de Republicação nos seguintes meios:
 - DOEMA em 28/06/2023;
 - DOU em 28/06/2023;
 - JORNAL em 28/06/2023;
 - DOM em 28/06/2023;
- Ata de Suspensão;
- Pedido de impugnação/esclarecimentos apresentado pela empresa STERLIX AMBIENTAL PIAUÍ TRATAMENTO DE RESÍDUOS LTDA;
- Pedido de impugnação apresentado pela empresa C&E GESTÃO AMBIENTAL LTDA;
- Julgamento dos pedidos de impugnação.
- Nova minuta do edital e anexos com as alterações necessárias a partir das decisões proferidas em julgamento;
- Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Município no qual aprova a minuta do edital e de anexos após alterações motivadas pelos pedidos de impugnação apresentados.

II.II – MODALIDADE ADOTADA

A modalidade adotada para a presente licitação foi PREGÃO ELETRÔNICO, versando o Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Município sobre tal modalidade.

O pregão, possui regramento específico, tipificado na Lei nº 10.520/2002, em que descreve seu cabimento de acordo com a contratação. Assim aborda o artigo 1º da referida lei:

Art. 1º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.

Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Nesta esteira, nos termos do dispositivo acima, a modalidade adotada está em conformidade com o regramento legal, por cumprir os requisitos do artigo. Por esta razão, não há impedimento acerca da escolha na modalidade da licitação.

II.III – MINUTA DO EDITAL

Consoante a minuta do edital, previamente apreciado e aprovado pela Procuradoria Geral do Município, consideramos como regular o cumprimento da exigência do artigo 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, que



CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

determina “As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes **devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração**”.

III - CONCLUSÃO

Considerando todo o exposto, fundamentada ainda pela regularidade apontada no parecer jurídico da Procuradoria Geral do Município, manifesto-me favoravelmente pelo prosseguimento processual, visto que os pressupostos legais foram atendidos, bem como a devida formalização dos autos.

Oriento que o princípio da publicidade seja atendido, promovendo as publicações de praxe, inclusive nos meios de transparência municipal e TCE/MA. Por fim, remeto os autos à apreciação da Autoridade Competente.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Coelho Neto/MA, 21 de agosto de 2023

Documento assinado digitalmente
gov.br ANA CLARA VIEIRA SILVA
Data: 21/08/2023 16:34:38-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Ana Clara Vieira Silva
Coordenadoria Especial de Organização, Execução e Controle
Portaria nº 105/2022 - SEMP
Prefeitura Municipal de Coelho Neto/MA